



**PARECER CONJUNTO DAS COMISSÕES PERMANENTES REFERENTE O PROJETO DE LEI Nº 53/2025**, do Projeto de Lei que dispõe sobre a **Abertura de Crédito Adicional Especial por Superávit Financeiro** para atendimento às despesas para devolução de saldo do convênio nº. 085/2023-PGE/DER-RO, em favor da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos - SEMOSP

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E REDAÇÃO ( CCJR)**

**COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS ( COF).**

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E SAÚDE (CECDS).**

#### **Relatório**

Trata-se do Projeto de Lei Ordinária nº 53/2025, de iniciativa do Poder Executivo Municipal, que “dispõe sobre a abertura de crédito adicional especial no orçamento vigente, em favor da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos – SEMOSP”, no valor de R\$ 418.918,24 (quatrocentos e dezoito mil, novecentos e dezoito reais e vinte e quatro centavos).

Os recursos, oriundos de superávit financeiro apurado em exercícios anteriores, têm como finalidade a devolução de saldo do convênio nº 085/2023-PGE/DER-RO.

#### **Análise**

##### **1. Aspectos Constitucionais, Legais e de Redação (CCJ)**

A matéria é de iniciativa do Executivo, de competência legislativa municipal (CF, art. 30, I).

Atende ao disposto na Lei nº 4.320/64 (arts. 43 e 46).

Em conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000, art. 8º).

Redação adequada, não havendo vícios de inconstitucionalidade ou ilegalidade.

##### **2. Aspectos Orçamentários e Financeiros (COF)**

O crédito adicional especial é a modalidade adequada diante da ausência de dotação específica prévia.

Trata-se de despesa pontual para regularização de obrigação financeira com outro ente público.

Recomenda-se a juntada da demonstração do superávit financeiro por fonte, com conciliação contábil.



Não gera despesa continuada, mas atende à necessidade de responsabilidade fiscal e regularidade institucional.

### **3. Aspectos de Mérito (Comissão de Educação, Cultura, Desporto e Saúde)**

Embora não diretamente vinculada à área social, a regularização de convênios é essencial para garantir a credibilidade do município e evitar sanções administrativas.

O cumprimento dessa obrigação contribui indiretamente para a manutenção de parcerias futuras, inclusive em áreas sociais como educação e saúde.

#### **Conclusão**

As Comissões de Constituição, Justiça e Redação; Orçamento e Finanças; e Educação, Cultura, Desporto e Saúde, reunidas em conjunto, manifestam-se:


- Pela constitucionalidade e legalidade da matéria;
- Pela adequação orçamentária e financeira;
- Pelo mérito favorável, dada a necessidade de regularização do convênio em questão.

PARECER CONJUNTO: FAVORÁVEL

  
JAIRO GOMES  
**PRESIDENTE DA CCJR**

  
MINÉIA VILLA  
**RELATORA CCJR e**  
**PRESIDENTE COF**

  
FABIO JUNIOR FERREIRA DA SILVA  
**MEMBRO CCJR e**  
**Relator CECDS**

  
ANGELA CABRAL DE PAULA  
**RELATORA DA COF e**  
**PRESIDENTE CECDS**

  
AILTON JOSÉ DA SILVA  
**MEMBRO DA CCJR e**  
**MEMBRO DA COF**